



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

15ª Reunião Ordinária

10/10/2013 – rua Dr. Emilio Martins Ribeiro, nº 160, bairro Centro, Miracatu, SP.

Pauta:

1. Informes;
2. Aprovação das Atas das 12ª, 13ª e 14ª Reuniões Ordinárias;
3. Apresentação da proposta de enquadramento de zonas pela Prefeitura Municipal de Miracatu.

Isadora Parada (CPLA/SMA) agradeceu presença dos representantes e convidados e deu início à reunião às 10h20 e apresentou algumas pessoas presentes nesta reunião, como Ana Rosa Nóbrega Tamasiro e Solange Maria W. Pereira (Prefeitura Municipal de Itariri) e Ricardo (Prefeitura Municipal de Miracatu). Prosseguiu com a aprovação das Atas das 12ª, 13ª e 14ª Reuniões Ordinárias, cujas minutas foram enviadas previamente por email para apreciação do Grupo. Como não foi apresentada nenhuma consideração, as atas foram aprovadas. Relembra que a 12ª Reunião foi filmada e ainda está disponível no site da câmara de Tapiraí.

Seguindo com os informes, relembra que na próxima sexta-feira haverá audiência pública em Tapiraí, para apresentação da proposta da prefeitura, assim como houve em Juquiá. Informa sobre a disponibilidade na página da CPLA da agenda do GERCO e das atas das reuniões dos Grupos Setoriais do Vale do Ribeira dos anos de 2011 a 2013, das reuniões com as Prefeituras e das reuniões com os quilombolas. Além disso, disponibiliza a proposta do Macrozoneamento do final dos anos 1990, e a de 2005 que tem um conjunto de mapas e documentos para consulta e *download*.

Isadora relata o andamento dos trabalhos nos demais setores costeiros. No Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, informa que a minuta de decreto de ZEE está em análise pela Consultoria Jurídica da SMA e que vai enviar a minuta para este grupo. Informa que a próxima reunião será no dia 31 de outubro e que os trabalhos daquele Grupo Setorial está acontecendo paralelamente à elaboração de dois Planos de Manejo: da APA da Ilha Comprida e da APA Marinha do Litoral Sul. Relembra as semelhanças e as diferenças entre este setor costeiro e o do Vale do Ribeira, pois não há previsão de Z3 Especial nas áreas das comunidades quilombolas como neste, ao mesmo tempo em que apresenta uma Z4 Especial, modalidade por enquanto não usada no caso do Vale do Ribeira, além de contemplar também o Zoneamento Marinho. No Setor do Litoral Norte, onde está sendo feita a revisão do ZEE, a reunião do Grupo Setorial ocorrerá no dia 11 de outubro. Ocorreram algumas substituições na representação da sociedade civil, além de ter sido trocada a coordenação do Grupo Setorial. O grupo está se concentrando na minuta e as prefeituras estão trabalhando no mapa, e há a proposta de muitas subzonas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Sobre a minuta de decreto do Vale do Ribeira, Antonio Eduardo Sodrzeieski (Associação Serrana Ambientalista - ASA) questiona que, nos Considerandos, há a conceituação do termo autossustentável, mas não do termo sustentável. Isadora relembra que a Lei Estadual nº 10.019/1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, fala nos dois tipos de manejo. Porém, nos últimos 15 anos há a indagação sobre qual é, na prática, a diferença entre *manejo sustentado* e *manejo autossustentado*. Como separar esses conceitos na prática do licenciamento e como delimitar essa diferença? Lembrou aos representantes das discussões no Complexo Estuarino-Lagunar e na Baixada Santista: como o *manejo autossustentado* é permitido a partir de Z1, só se apresenta esta definição e não o diferencia do *manejo sustentado*. Considerou-se que, em matéria de manejo, se é permitido em Z1, pode ser permitido em Z2 também e lembrou que no complexo-estuarino o grupo discutiu muito que o conceito de que não poderia haver esforço humano, poderia ser prejudicial, por exemplo no manejo de palmito, dando a entender que não poderia haver enriquecimento.

Pablo de Andres Fernandez (Associação de Mineradores de Areia do Vale do Ribeira - AMAVALES) questiona, a respeito do zoneamento marinho, quais os usos permitidos na Z2. Isadora relembra que são permitidos os usos: pesca artesanal, aquicultura, estruturas náuticas de Classe 1, recifes artificiais; mas não se fala em mineração. Pablo questiona se isto significa que não é permitida a mineração em Z2 marinha, apenas na Z2 Terrestre? Pablo ressalta que em nenhum dos outros dois decretos (Baixada Santista e Litoral Norte), fala-se em mineração no zoneamento marinho. E pondera sobre o caso de Cananéia e Iguape, em que o estuário está zoneado dentro do zoneamento marinho, não do terrestre. Pondera que, algum dia talvez a própria dragagem da barra seja viável e até necessária. Não poderia ser realizada, então?

Isadora apresenta que a Lei Estadual nº 10.019/1998 não separa zoneamento terrestre e zoneamento marinho, apenas apresenta as zonas 1, 2, 3, 4 e 5. No caso do Estado de São Paulo, optou-se por fazer a separação entre zoneamento terrestre e zoneamento marinho. E a Lei fala que na Z2 permite-se a mineração, portanto, teoricamente, mesmo que não esteja explícito no decreto, permite-se também a mineração na Z2 Marinha, desde que se siga o procedimento do licenciamento. Porque, então, isto não está escrito nos decretos? Ela relembra que, como a discussão da redação do zoneamento marinho foi feita no âmbito da Câmara Técnica de Pesca da APA Marinha, juntamente com os pescadores artesanais e industriais, ninguém se atentou para o assunto de mineração. Provavelmente, numa próxima versão, essa questão será abordada e isso será incluído no decreto.

Antonio reforça que terá que se voltar à discussão sobre a pertinência da mineração. Relembra que a dragagem não é apenas uma prática minerária, é também uma prática de limpeza e de abertura de áreas de transporte. Os produtos oriundos desta dragagem até são usados depois, mas não é o principal motivo, portanto não se caracteriza como prática minerária.

Isadora ressalta outro ponto sobre até onde vai o zoneamento marinho na parte interna. Na parte externa, no mar, o zoneamento vai até a isóbata 23,6 metros. Porém é complicado definir até onde chega a influência da maré no continente. No Complexo Estuarino-Lagunar foi considerado o mesmo que na Baixada Santista: enquanto houver manguezal nas beiras dos corpos d'água, faz-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

se o zoneamento dos rios. Isadora questiona como devem ser enquadrados os corpos d'água maiores no zoneamento terrestre, para não ter um mapa com buraco em um rio com a largura do rio Ribeira de Iguape, do Betary ou do Juquiá, por exemplo. Ela acha que deve enquadrá-los ou no marinho ou no terrestre, mesmo que os corpos d'água tenham uma legislação específica. Antonio cita o interesse da prefeitura de Iporanga reviver o porto, que desde 1820 aparece nos mapas e que há muitos moradores com uso efetivo de barco e precisam de uma estrutura compatível. Álvaro de Freitas, convidado, da 3D engenharia, cita que no Código de Águas de 1934 há uma explicação: todo rio tem uma seção média, que aumenta à medida que chega ao mar. Através da cartografia, identifica-se a influência da maré. Quando muda a direção, onde aquela seção não corresponde à vazão, é onde ainda há influência da maré.

Isadora ressalta que o Decreto Federal nº 5.300/2004, que regulamenta a Lei nº 7.661/1988 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, define metodologia e critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico no âmbito do território nacional, citando a faixa de orla e usando o ecossistema como parâmetro. Onde há cidade, a faixa de orla vai até uma distancia 50 metros, e onde há mata, a faixa de orla vai até o limite final do ecossistema. O decreto cita também o critério da salinidade, porém não há como medir a salinidade se não há pontos de monitoramento nos rios.

Na prática, acaba-se usando o conceito do ecossistema, perceptível através de fotos aéreas. Em Iguape, no rio Ribeira fica fácil identificar esse limite. O problema encontra-se na definição nos rios do Vale do Ribeira, pois não há mais influência do mar, mas os rios são volumosos e apresentam considerável uso por estruturas náuticas. Ou esses rios se enquadram no zoneamento marinho, o que pode ser muito complicado, ou se assume o enquadramento no zoneamento terrestre, tratando-os como qualquer corpo d'água pequeno, ou seja: se o rio corta uma Z5, por exemplo, ele se enquadrará nesta Z5. Caso haja duas zonas diferentes nas margens do rio, cada margem irá se enquadrar na zona respectiva. No texto, deverá haver alguma referência para o que se prevê para esses rios, considerando as zonas subjacentes. Se não der pra desenhar, é necessário escrever.

Carlos (Prefeitura Municipal de Miracatu) pondera que talvez tenha que se pensar no enquadramento desses rios maiores ou os que possuem um potencial em mineração na Z2 ou na Z3. Cita o exemplo do rio Juquiá, para onde não sai licença de mineração, a não ser que se comprove anterioridade a 1985. Pondera que talvez a solução fosse enquadrar, de acordo com a navegação, todos rios que tem algum potencial de mineração, ou apresente uma atividade de mineração mais efetiva, em uma zona que se permita a atividade. Antonio comenta que a mineração acontece de várias maneiras, desde extração com pá, por meio de canoa e até retirada através de dragagem. Isadora ressalta que o zoneamento não vai fazer diferença para quem tira areia por meio de canoa. Antonio continua discorrendo sobre os pontos certos para fazer exploração, onde o rio deposita a areia, selecionando-a naturalmente. Essa exploração é um serviço ambiental, pois faz uma limpeza do rio, da areia que está sendo carregada e assoreando o fundo. Destaca que, para a exploração de areia com dragas, é necessário licenciamento e, portanto, uma pesquisa minerária.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Isadora comunica ao grupo que pretende marcar uma reunião específica sobre mineração, para debater, entre outros assuntos a questão do zoneamento dos rios e suas margens. Desta reunião poderiam fazer parte os geólogos que compõem o Grupo Setorial, a CETESB, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Instituto Geológico da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (IG/SMA), além das prefeituras que tem interesse ou relação com a questão. Cita, como exemplo de um dos assuntos que podem ser discutidos nesta reunião específica, o que foi discutido no Grupo Setorial do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia: uso do leito e das margens do rio Ribeira em Iguape e em Cananéia, onde se propõe uma faixa de Z2 na área de preservação permanente (APP), porque há a intenção de se permitir a atividade minerária no local, ou seja, há a vocação, mas isso ainda não foi bem aceito dentro do Grupo Setorial.

Relembra, ainda, que há um Plano Regional de Mineração em elaboração, que tratará de assuntos relacionados ao licenciamento, porém, não é possível esperar por ele para dar prosseguimento a este zoneamento. E pede ao Grupo para ajudar a levantar as questões pertinentes à mineração que podem ser levadas a essa reunião.

Isadora levanta outra questão a ser tratada nessa reunião específica, que são as restrições à atividade minerária no território quilombola com a delimitação de uma Z3 Especial. Isso seria feito por meio de uma dentre três possibilidades propostas nas oficinas com os quilombos: restringir apenas às cascalheiras, restringir apenas ao uso local ou restringir o uso comercial. Questiona qual seria o impacto econômico em cada uma dessas possibilidades. Ressalta que tem alertado aos quilombolas que a mineração é uma atividade muito extensa, abrangendo da extração de chumbo à extração de cascalho, e nenhum tipo de mineração pode ser um problema para eles mesmos.

Tem sido debatido que poderia ser aplicado o conceito de mineração de interesse social, segundo o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), a fim de garantir a mineração de cascalho, areia, argila e silte, necessários para manutenção de estradas e acessos dentro do território quilombola. Os quilombolas querem também a garantia de mineração apenas para uso local, o que pode ser difícil assegurar. Outra opção é delimitar a exploração apenas dos materiais sem fins comerciais, mas também é difícil. Isadora ainda considera melhor limitar pelo tipo de material, não pelo uso. Portanto, pretende discutir esses pontos com o setor de mineração para ver que impactos cada uma dessas possibilidades podem trazer ou o impacto para as prefeituras não poderem realizar mineração nesses territórios.

Álvaro de Freitas informa que, antes de 1997, pelo Código de Mineração, as próprias prefeituras licenciavam a atividade minerária de classe 2 (produtos usados para construção civil), a chamada mineração imediata, e o DNPM apenas registrava essas licenças. Este formato não é mais aplicado, pois em 1997, houve uma alteração no Código de Mineração, sendo introduzido o conceito de pesquisa mineral.

Antonio coloca que uma coisa é pensar em argila e areia, materiais necessários para a construção civil, mas não dá pra dizer que não há impacto ambiental, vide o exemplo da região de Santa Gertrudes e Capão Bonito. Cita o uso de caixa de empréstimo: cascalho natural depositado em outro lugar, que não tem valor econômico. E Isadora concorda que não se pode misturar tanto os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

assuntos, já que mineração abrange tantas diferenças em sua atividade. Portanto tem que se definir exatamente o que será permitido nas áreas quilombolas: somente caixa de empréstimo para manutenção de estradas ou retirada de cascalho, areia e outros materiais para uma possível comercialização.

Marcus Vinícius Munhoz de Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Juquiá) lembra que a Resolução SMA nº 74 institui que a prefeitura pode explorar a faixa de domínio da estrada, caso não haja supressão de vegetação, não necessitando de licença ambiental.

Isadora reforça sua preocupação com o possível impacto econômico e social de impedir a mineração nos territórios quilombolas, permitindo, por exemplo, apenas as cascalheiras. Será que terá impacto para os pequenos areeiros, será que terá impacto na economia do município? Antonio considera que são os quilombolas que devem definir quais serão os impactos admissíveis em seus territórios, porém eles precisam estar bem informados sobre todas essas questões como, por exemplo, saber que caixa de empréstimo não é mineração.

Álvaro de Freitas aponta que o Código de Mineração prevê que, quando não há transporte, o material é amorfo e não há comercialização, a atividade não se enquadra no Código e que pela resolução SMA as prefeituras fazem o registro de extração em áreas até 5 hectares.

Pablo acha que a proposta dessas comunidades quilombolas vai parar na análise jurídica. Isadora salienta que o papel dela como coordenadora do Grupo Setorial não é tomar este ou aquele partido, mas fomentar a discussão entre os envolvidos para que se resulte um texto coeso.

Álvaro e Isadora destacam que a Subsecretaria de Mineração está dentro da Secretaria de Energia, que tem cadeira no Grupo Setorial da Baixada Santista. No Vale do Ribeira, ao invés da Secretaria de Energia, quem tem cadeira é a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Isadora pede ajuda a Pablo e Antonio na elaboração da pauta para a reunião específica sobre mineração e da lista de entidades a serem convocadas. Os presentes levantam alguns possíveis interlocutores, como DNPM, Subsecretaria de Mineração, CETESB, IG/SMA (Hélio Shimada), Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), Instituto Socioambiental (ISA) (representando os interesses das comunidades Quilombolas), além de lideranças dos Quilombos e das Prefeituras Municipais de Registro, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga ou Pariquera-Açu.

Isadora relembra que nas primeiras reuniões do Grupo Setorial muitos representantes demoraram a participar das reuniões, o que exigiu que ela reapresentasse, por diversas vezes, o histórico, as definições e as diretrizes do Gerenciamento Costeiro no país e no Estado de São Paulo. Isso tomava muito tempo das reuniões e prejudicou o avanço das mesmas. Explica que os trabalhos do Grupo Setorial foram divididos em frentes de ações. Uma delas é a Comissão Especial de Redação da Minuta do Decreto, que está trabalhando com o texto e é formada pelos representantes das Secretarias do Estado e de algumas prefeituras centrais, como Juquiá, Pariquera-Açu, Registro, Jacupiranga. Outras duas frentes foram a realização de oficinas com as comunidades quilombolas e as reuniões específicas com as Prefeituras, para elaboração das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

propostas de enquadramento de zonas do ZEE. Estas últimas foram divididas em grupos, para facilitar deslocamento e participação dos representantes. As propostas das prefeituras municipais de Registro, Juquiá, Tapiraí, Jacupiranga e Itaóca estão finalizadas. Outras prefeituras estão com suas propostas em andamento, como Miracatu, Eldorado, Iporanga e Pariquera-Açu. Lembra que ainda está se reunindo com as prefeituras municipais do segmento do Alto Vale e que pretende trabalhar com Pedro de Toledo, Itariri, Juitituba e São Lourenço em separado.

Isadora passa para o próximo ponto da pauta, que é a apresentação das Prefeituras. Informa que Itaóca e Tapiraí haviam confirmado a presença e a apresentação das propostas, mas não compareceram. Passa então a palavra para Carlos, representante de Miracatu, para apresentar a proposta que está em andamento.

Apresentação da Prefeitura Municipal de Miracatu – Carlos Reitz de Castro

Carlos ressalta que a faixa de 500 metros de Z5 ao longo da rodovia BR 116 - Regis Bittencourt não é totalmente adequada para Miracatu. Isso porque em muitos locais o morro está muito próximo da rodovia. Em contrapartida, há extensas áreas planas do lado oposto da rodovia, então o recorte deve ser feito de maneira cuidadosa, por exemplo, com 1 km de Z5 de um lado da rodovia e Z1 do outro lado. Em área de expansão urbana e industrial seria mais apropriada uma faixa de 1.500 metros no ponto mais largo. Destaca que deve ser observada a existência de serras e rios. Como Z3 foram enquadradas as áreas agrícolas, como a existente na divisa com o Município de Juquiá. Isadora explica que as áreas com concentração de chácaras de turismo ou de uso rural e com pequeno comércio estão sendo enquadradas como Z3. Áreas com concentração de casas, onde se tem expectativa de crescimento, são enquadradas como Z4. E reforçou aos técnicos que não é necessário se preocupar com o desenho da Z3, mas principalmente com o das outras zonas, afinal a zona rural compreenderá toda a área, com exceção das urbanas e das de conservação. Ela fará esses recortes mais detalhados posteriormente pelo ArcGIS, porque fica mais fácil.

Antonio reforçou a fala de Isadora, dizendo que as prefeituras precisam identificar as áreas que estão em processo de urbanização, com justificativas concretas. Asfalto, água, luz, esgoto, loteamentos, pedidos de alvarás de construção etc. Isso é imprescindível para que o Grupo possa fazer qualquer discussão. E solicitou a Isadora que esta enviasse os arquivos kml das propostas dos municípios finalizadas e já apresentadas ao Grupo Setorial. Isadora afirmou que irá mandar os arquivos, assim que as prefeituras enviarem os últimos ajustes, e deu o prazo de uma semana para isso. Dessa forma os representantes poderão avaliar o desenho junto a suas equipes.

Leonardo (APTA/SAA) destaca que o eixo será importante para a implantação de empresas de logística e Marcus ressalta que poderá ser a área escolhida para construção do aterro regional de resíduos sólidos. Antonio diz que há um trecho que pode ser urbanizado, mas que entre Miracatu e Pedro de Toledo não cabe a ocupação urbana, devido à característica geomorfológica inapta à ocupação. Sugere que ao longo da estrada seja definida uma zona Z4, até por conta da expectativa de duplicação. Isadora pergunta qual seria a faixa e o ponto de quilometragem.

Isadora pergunta a justificativa para enquadrar uma vila praticamente urbana como Z2 e Antonio aponta que se trata da Vila Santa Rita. Isadora acha que deveria ser uma Z5, e Carlos concorda, ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

longo da rodovia. Isadora considera que o desenho deve ser melhorado para uma próxima reunião.

Isadora informa que a proposta da Prefeitura Municipal de Tapiraí possui duas zonas Z5, que se referem ao perímetro urbano do município e à área para implantação do futuro aterro de resíduos sólidos. Duas zonas de Z5 Especial, sendo uma ao longo da estrada que segue em direção a Pilar do Sul e outra antes da área denominada Cabeça da Anta. Z2 são áreas onde há alguma atividade de mineração, ainda que incipiente.

No território do município de Itaóca, segundo Isadora, existem poucas áreas de vegetação preservada. Duas pequenas áreas como Z5, onde há o aterro e o perímetro urbano. Isadora explica que várias áreas foram enquadradas como Z4. Antonio explica que no município Itapirapuã Paulista serão verificadas várias áreas que poderão ser enquadradas como Z4, semelhante a Itaóca. Há uma zona Z1 que foi delimitada que talvez precise ser estudada, pois há muita área agrícola; e uma Z2 onde não há poligonais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Antonio explica que há o rio Santo Antonio, perto do bairro do Pavão, onde há artesãos que exploram as margens do rio para fazer artesanato. Há uma Z3 Especial, que corresponde ao quilombo Cangume. Há uma área que passou à posse dos quilombolas e que, preliminarmente, foi proposta como Z1, o que talvez tenha que ser estudado, pois constitui a única área que ainda poderá corresponder à expansão da atividade agrícola. Há outras áreas que receberam concessão de lavra recentemente e, por essa razão, os presentes concordam que não poderão ser grafadas como Z1, o que impossibilitaria a mineração. Isadora explica que a proposta apresentada por Ananias (Prefeitura Municipal de Itaóca) foi aprimorado por ela, pois ele não possuía, à época, as imagens ortofotos 2010 da EMPLASA. Com base nestas imagens, na base cartográfica do município e nas curvas de nível, Isadora fez acertos na proposta, que precisará ser confirmada pela prefeitura.

Isadora reitera que as prefeituras solicitem as imagens da EMPLASA, cuja cessão tem levado cerca de uma semana. Marcus não conseguiu abrir as imagens no programa AutoCad. Outra opção é abrir as imagens pelo GVSig, programa que pode ser baixado do *site* do SIG-Ribeira (www.sigrb.com.br).

Isadora informa que no dia 19 de novembro haverá reunião do Consórcio Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) em Itaóca. A próxima reunião do Grupo Setorial foi marcada para o dia 18 de novembro em Iporanga, às 13h00.

Isadora reiterou a importância da participação dos representantes das prefeituras nas reuniões do Grupo Setorial, mesmo que a discussão sobre as propostas de enquadramento não seja a do seu município. A participação subsidia o representante na construção e consolidação da proposta do município. A reunião finalizou às 14h00.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL



Foto 1. Representantes e colaboradores na 15ª reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do setor Vale do Ribeira. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.



Foto 2. Carlos Reitz de Castro, representante da Prefeitura Municipal de Miracatu, apresenta a proposta de enquadramento de zonas do município. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

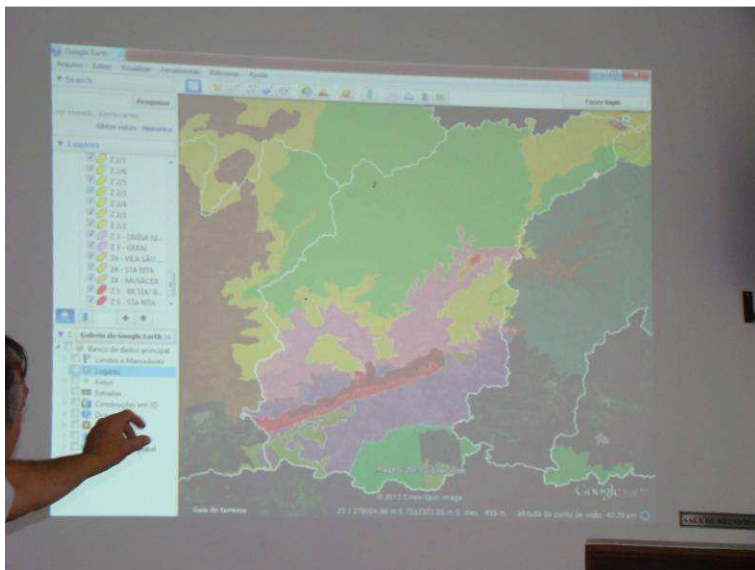


Foto 3. Apresentação da proposta de enquadramento de zonas do município de Miracatu. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.

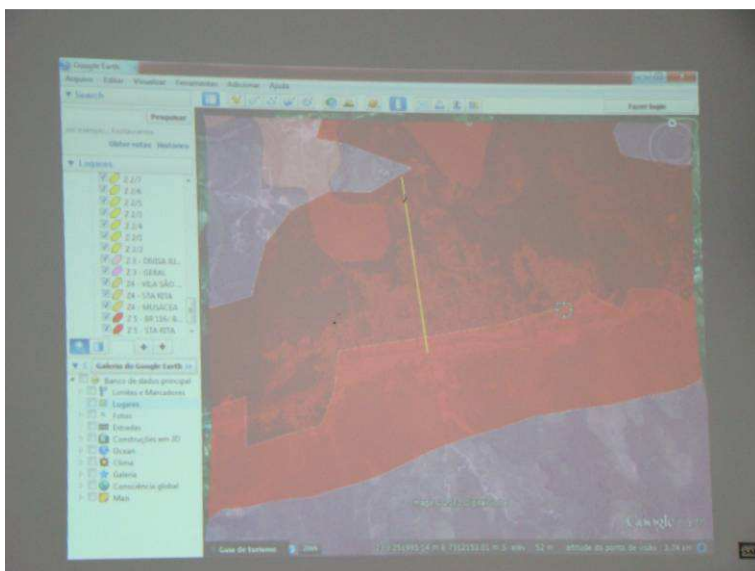


Foto 4. Zona ZST proposta pela Prefeitura Municipal de Miracatu. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

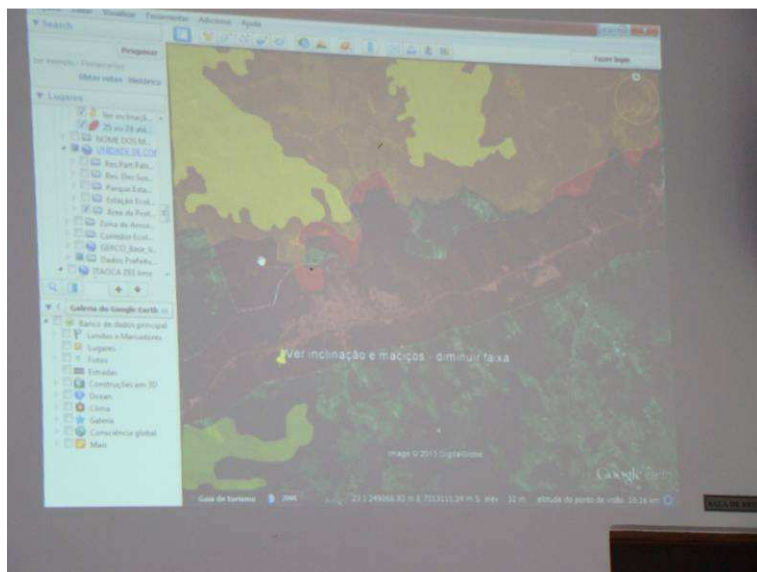


Foto 5. Adequação do desenho da Zona Z5T proposta pela Prefeitura Municipal de Miracatu. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.

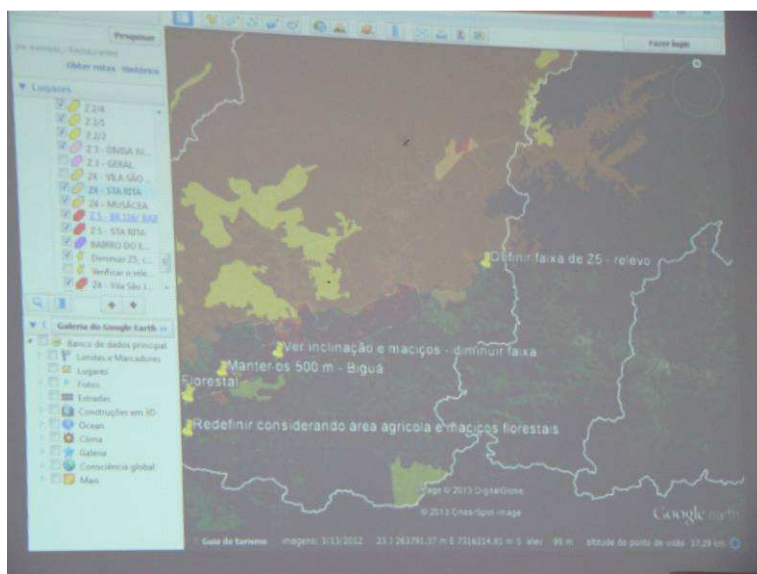


Foto 6. Adequação do desenho de zonas propostas pela Prefeitura Municipal de Miracatu. Fonte: CPLA, 10 de outubro de 2013.